

BANCO PALMAS: UM CASE DE SUCESSO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, INOVAÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA

Rafael dos Santos Germano¹, Luciana Maria Gasparelo Spigolon Frollini¹

¹Faculdade de Tecnologia de Ribeirão Preto (FATEC)

Ribeirão Preto, SP – Brasil

rafael.germano2@fatec.sp.gov.br,
luciana.spigolon01@fatec.sp.gr

Resumo. *O Banco Palmas tornou-se referência em inovação social ao criar uma moeda de troca que estimula a economia, promove inclusão e valoriza a identidade sociocultural de toda uma comunidade. Este estudo analisa a sua trajetória no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará, bem como a evolução das moedas sociais e as experiências na oferta de microcrédito que impulsionaram o empreendedorismo local transformando a realidade de milhares de famílias. A atual discussão para implementar o blockchain também demonstra a sua capacidade de busca por soluções inovadoras alicerçadas nos princípios desse sistema de economia mais justa e equitativa.*

Abstract. *Palmas Bank has become a reference in social innovation by creating a social currency that stimulates the economy, promotes inclusion, and highlights the sociocultural identity of an entire community. This study analyzes its trajectory in the Palmeiras Complex, in Fortaleza, Ceará, exploring the evolution of its social currencies and the experiences in offering microcredit, which have boosted local entrepreneurship and transformed the lives of thousands of families. The current discussion to implement blockchain also demonstrates its capacity to seek innovative solutions based on the principles of a more just and equitable economic system.*

1. Introdução

Este estudo exploratório investiga a função dos Bancos Comunitários e das moedas sociais como mecanismos alternativos para promover o desenvolvimento econômico em regiões marginalizadas. Conceitualmente alinhados com a inovação social, esses instrumentos destinam-se a atender às demandas comunitárias para produção e consumo, habitação, educação, saúde e emprego, oferecendo soluções eficazes frente aos desafios sociais (Araújo, Oliveira, Correia, 2021).

O pioneirismo do Banco Palmas, criado em 1998, constitui um marco na inovação social do Brasil, tendo implementado práticas de finanças solidárias e serviços financeiros voltados para a comunidade do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza-CE. Através de soluções tecnológicas, o Banco Palmas democratizou e ampliou o acesso ao

microcrédito, impulsionando a economia local, promovendo inclusão e o desenvolvimento sustentável.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o Banco Palmas como um case de sucesso de economia solidária, inovação social e tecnológica. Dessa forma, a pesquisa aprofunda o entendimento da sua trajetória, desde sua fundação até os dias atuais. Analisa as iniciativas de desenvolvimento com a implementação desse novo sistema financeiro, os desafios enfrentados e os avanços tecnológicos com ênfase na adoção do blockchain, buscando conciliar os princípios da economia solidária com o mundo digital cada vez mais presente.

Inicialmente, o estudo contextualiza a situação social do Conjunto Palmeiras à época da criação do Banco Comunitário, fornecendo o cenário para a compreensão da iniciativa. Em seguida, é apresentada uma revisão teórica sobre economia solidária, baseada em literatura científica, relatórios e documentos de pesquisa do Instituto Palmas. Para aprofundar a análise, realiza-se um estudo de caso do Banco Palmas a partir do levantamento histórico com dados quantitativos das operações financeiras, como volume de transações e número de beneficiários. Essa metodologia proporciona uma base sólida para compreender sua capacidade de inovar e adaptar-se às novas tecnologias.

1.1 Contextualização e Justificativa

A desigualdade social no Brasil é um problema persistente que atinge profundamente milhões de brasileiros. Dados da PNAD Contínua – (IBGE, 2023) evidenciam um coeficiente de Gini de 0,518, o que demonstra uma acentuada concentração de renda, com o 1% mais rico detendo quase 40 vezes a renda dos 40% mais pobres. Segundo a ONU (2010), esta desigualdade é fruto de um conjunto de fatores, como o acesso limitado à educação de qualidade, políticas fiscais injustas, baixos salários e dificuldade de acesso a serviços básicos.

Dessa forma, as consequências tornam-se visíveis na proliferação das favelas, aumento da pobreza, desemprego e violência nas cidades. Nesse panorama complexo de desigualdade socioeconômica, o Conjunto Palmeiras se destaca como o bairro de menor IDH entre os 119 bairros de Fortaleza, registrando um coeficiente de 0,119, segundo o estudo do Índice de Desenvolvimento Humano por bairro de Fortaleza, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE, 2010).

A escolha do Conjunto Palmeiras como objeto deste estudo justifica-se por sua história única e relevância no contexto da desigualdade social no Brasil. Este bairro, marcado pela exclusão social e falta de oportunidades, tornou-se um laboratório de experiências inovadoras em busca de soluções comunitárias. A partir desta análise, é possível identificar fatores que contribuíram para o sucesso do Banco Palmas, oferecendo percepções valiosas para a construção de um futuro mais equitativo.

2. Referencial Teórico

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de natureza associativa e comunitária, fundamentados nos princípios da cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade. Trata-se de um projeto de finanças solidárias em apoio às economias

populares de municípios com baixo IDH, valorizando o trabalho humano, promovendo a igualdade e a justiça social. Conforme Singer (2002), a economia solidária se distingue da economia tradicional, pois visa priorizar o bem-estar das pessoas e do meio ambiente, defendendo um modelo socioeconômico mais justo, redistributivo e sustentável.

A trajetória desses bancos tem suas raízes em iniciativas inovadoras como o Banco Grameen, fundado pelo economista Muhammad Yunus em Bangladesh. Em 1976, Yunus, conhecido como "banqueiro dos pobres", compreendeu que o dinheiro é um direito à dignidade humana, e passou a oferecer microcrédito com juros baixos e sem necessidade de garantias a um grupo de mulheres artesãs de uma pequena aldeia. Essas microempreendedoras, antes excluídas do sistema financeiro tradicional, demonstraram capacidade de quitar os empréstimos e usá-los para gerar renda e melhorar suas vidas, impulsionando assim o artesanato local. Com essa ideia simples, porém revolucionária, Yunus transformou a economia daquela comunidade e ganhou notoriedade mundial, recebendo o Prêmio Nobel da Paz em 2006. O sucesso do Banco Grameen inspirou a criação de outros bancos comunitários ao redor do mundo, demonstrando o potencial de um sistema financeiro alternativo que gera impacto social positivo com desenvolvimento local mais humano e solidário, como o Banco Grameen América, fundado em 2008 nos EUA, que apoia mulheres empreendedoras com microcréditos flexíveis (Yunus, 2010). Desse modo, essas novas ideias de produtos, serviços e modelos que satisfazem necessidades sociais e criam relações ou colaborações são definidos como uma inovação social (Murray *et al.*, 2010).

No Brasil, os anos 90 foram marcados por um interesse crescente em modelos alternativos de desenvolvimento, e os BCDs surgiram como uma resposta a esta demanda. O Banco Palmas, fundado no Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza, Ceará, foi um dos pioneiros nesse modelo de empreendimento social, oferecendo microcrédito para incentivar a produção e o consumo.

O objetivo do Projeto do Banco Palmas seria então garantir microcréditos para produção e consumo local a juros baixos sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiadores. Mais do que um cadastro formal à concessão de crédito, exigia-se um conhecimento da vida do tomador do empréstimo na comunidade" (França Filho, Silva Junior, Rigo, 2012, p. 57).

Nesse contexto, as moedas sociais surgiram como ferramentas para fomentar a inclusão financeira e impulsionar a economia local, estabelecendo um sistema de trocas mais justo e sustentável. Segundo Rigo *et al.* (2019, p.15), "o processo de implementação das moedas sociais nos territórios exige capacidade e criatividade dos BCDs para enfrentar desafios". Ainda segundo Rigo *et al.* (2019, p.15),

O circuito dessa moeda se inicia quando os membros da comunidade a adquirem, seja por meio de empréstimo, parte de seus salários ou troca direta por reais. Em posse dela, os moradores a utilizam para adquirir bens e serviços nos estabelecimentos locais. Os comerciantes, por sua vez, recebem as moedas como forma de pagamento e podem utilizá-la para realizar compras dentro da comunidade. Assim, estabelece-se uma rede de troca local, onde a moeda social circula em paralelo ao real.

A Figura 1 ilustra o circuito da moeda social nos BCDs.

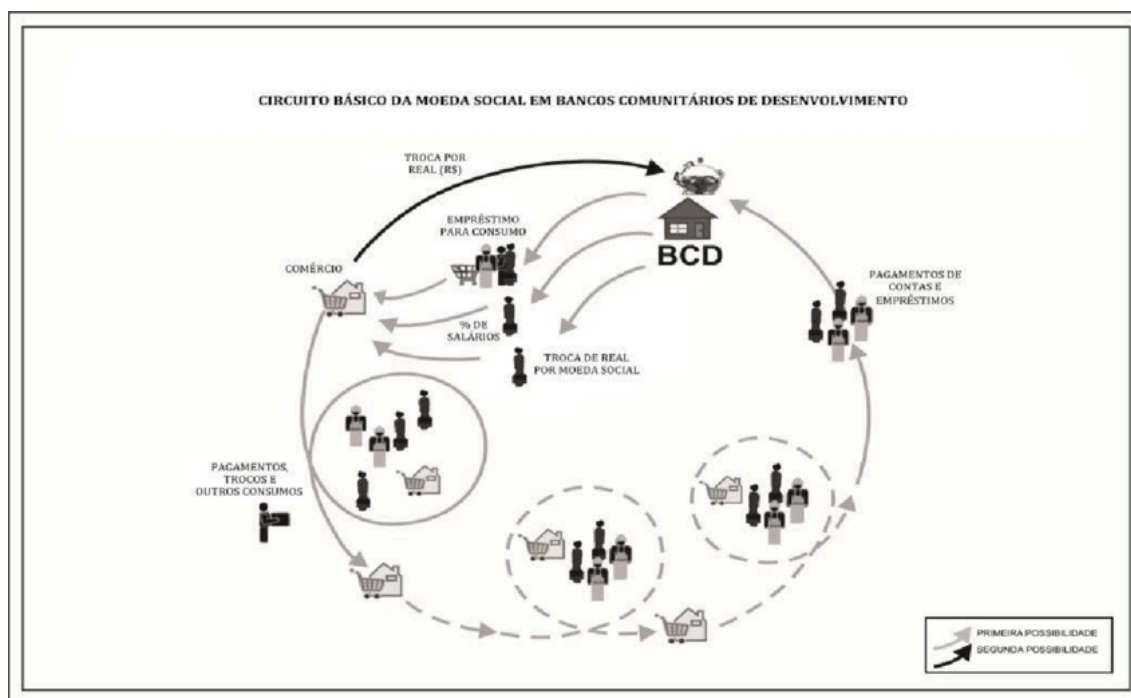


Figura 1 - Representação do circuito da moeda social nos BCDs

(Adaptado de França Filho, 2024)

3. Estudo de Caso do Banco Palmas

Frequentemente citado como um referencial entre os Bancos Comunitários no Brasil, o Banco Palmas se tornou um símbolo de inspiração para outras iniciativas de economia solidária. Suas raízes remontam a 1970, quando a comunidade do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará, enfrentava diversos problemas em relação à infraestrutura e condições socioeconômicas precárias. Dessas adversidades surgiram então as primeiras mobilizações comunitárias em busca de soluções sustentáveis.

Cerca de 1.500 famílias foram obrigadas a deixar as áreas centrais e turísticas de Fortaleza e se estabeleceram nesta região completamente desprovida dos serviços públicos básicos como saneamento, eletricidade, transporte e lazer. Diante dessa realidade, familiares e vizinhos fundaram, em 1981, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), para lutar por melhorias no bairro. Com o passar dos anos, a região foi se estruturando com a construção de mais casas e o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais. No entanto, a oferta de produtos básicos e serviços ainda era insuficiente para atender às demandas da comunidade, obrigando assim os moradores a se deslocarem para outros lugares mais distantes para fazer compras. Essa situação gerou preocupação, pois grande parte do dinheiro das famílias estava sendo direcionado para outras localidades, em detrimento do desenvolvimento local. A Figura 2 é o registro de um ato da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras em reivindicações por melhorias no bairro na década de 90.



**Figura 2 – Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
(Instituto Banco Palmas, 2024)**

Em 1998, sob a liderança da ASMOCONP, foi fundado o Banco Palmas, o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento do país. Para corrigir o problema de fluxo de dinheiro que saía da comunidade foi implementada a moeda social Palmacard, com paridade de um para um em relação à moeda nacional Real. Esse novo sistema de circulação tinha o objetivo de manter a riqueza coletiva no próprio bairro, gerando uma poupança interna. Amplamente aceita nos estabelecimentos locais, o Palmacard beneficiou o comércio e gerou valor econômico real. Segundo Singer (2002), o diferencial do Banco era transformar o território em unidade de produção e consumo, tornando os moradores protagonistas de seu próprio desenvolvimento. Além disso, o microcrédito, essencial na trajetória do banco, oferecia duas modalidades: uma para produção de pequenos empreendedores e outra voltada ao consumo, realizada em moedas sociais.

A partir de então, o Banco Palma passou a ampliar sua atuação abraçando projetos e iniciativas que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do bairro. Alguns exemplos incluem o Projeto ELAS, que oferece ações de promoção, formação e orientação às mulheres do programa Bolsa Família, com o objetivo de promover inclusão socioproductiva, financeira e bancária. Outro programa é o Renda Básica Comunitária, que consiste na transferência de moeda social para famílias que vivem em situação de extrema pobreza no bairro. Além disso, o Palmasfashion incentiva a produção de roupas feitas por mulheres do bairro, enquanto o PalmasLab oferece oportunidade para os jovens do Conjunto Palmeiras desenvolverem soluções tecnológicas. O Projeto Bairro Carbono Zero, por sua vez, consiste na troca de moedas sociais por lixo orgânico que é transformado em adubo na manutenção da horta social.

Segundo o relatório final da Pesquisa “Avaliação de Impactos e de Imagem do Banco Palmas –10 Anos” (Liegs, 2008), as iniciativas do Banco Palmas geraram um impacto social positivo na percepção dos moradores: todos os entrevistados afirmam na pesquisa que o banco ajudou no desenvolvimento do Conjunto Palmeiras. Além disso, 90% relataram melhoria na qualidade de vida, graças aos investimentos em geração de emprego e renda no bairro. Outros 25,25% dos entrevistados afirmaram que houve um

aumento em suas rendas pessoais, e 20,2% foram precisos ao afirmar que conseguiram um novo trabalho.

Outro resultado satisfatório foi a mudança no comportamento de compras. Segundo Cernev e Diniz (2020), entre 1997 e 2009, foram realizados estudos que permitiram identificar uma acentuada curva de consumo no Conjunto Palmeiras. Inicialmente, em 1997, apenas 20% das compras eram feitas dentro do bairro. No entanto, esse percentual saltou para 93%, demonstrando um aumento no consumo interno e uma redução de 7% nas compras realizadas em outras localidades. Em 2011, o equivalente a R\$68 milhões era o volume que circulava dentro do bairro (Cernev, Diniz, 2020).

A trajetória do Banco Palmas revela um potencial inovador constante. O Palmacard foi uma inovação marcante, inspirando a criação de outros bancos comunitários e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC). A busca contínua por aperfeiçoamento das operações incentiva o banco a adotar novas tecnologias e ampliar seus serviços.

3.1 As Evoluções da Moeda Social: do Palmacard ao e-Dinheiro

A trajetória do Banco Palmas é marcada por inovações como o Palmacard, a primeira moeda social brasileira. Em formato de cartão de crédito de papel, esta moeda permitia transações locais, estimulando o comércio e fortalecendo a comunidade do Conjunto Palmeiras. Cada morador dispunha de um limite de crédito individual e as transações eram registradas manualmente no verso do cartão. Ao realizar a compra em algum dos estabelecimentos comerciais cadastrados, o valor era creditado até o disponível. Conforme a dívida era paga no Banco, os registros se atualizavam criando assim um histórico positivo daquele consumidor. Já os comerciantes, ao final de cada mês convertiam o valor total das vendas em reais diretamente no caixa do Banco Palmas.

Para os moradores, representava flexibilidade nos pagamentos; para os comerciantes, fidelização dos consumidores. Apesar da ausência de regulamentação e das incertezas legais, a iniciativa alcançou rápida adesão, com 200 estabelecimentos e 3 mil famílias participando nos primeiros dois anos, movimentando R\$60 mil, segundo o site do Instituto Banco Palmas.

Diante da necessidade de facilitar e estimular as feiras de rua e as relações de trocas de utensílios, o Banco Palmas implementou o Palmares, um novo sistema de moedas sociais exclusivo para os clubes de troca e feiras livres em complemento ao Palmacard. Os valores das cédulas equivaliam a 1, 5, 10 e 50. Esta iniciativa estimulou a cooperação e ascendeu o espírito de solidariedade entre os participantes das feiras livres.

O Palmas MoMoMo, Movimento Monetário Mosaico, surgiu como uma expansão do sistema de trocas para todo Conjunto Palmeiras, e não apenas para as feiras. Impulsionada por uma parceria com a ONG holandesa Strohalm, o Banco Palmas recebeu uma doação de R\$30 mil, que foi emprestado em forma de créditos para que os comerciantes do bairro realizassem reformas em seus estabelecimentos. Dessa forma, todas as obras feitas pelo banco eram pagas via moeda social, inclusive os salários dos trabalhadores, para que estes consumissem dentro do bairro. Esta ação inovadora

resultou em maior circulação de moedas sociais, visibilidade e credibilidade no comércio. Desde então, a moeda passou a circular abertamente em todo bairro, sendo utilizada também como meio de pagamento de serviços e na obtenção de crédito.

Em 2008, a moeda Palmas foi usada como vale-transporte em parceria com o Sindicato de Transporte Coletivo Alternativo de Fortaleza, ampliando ainda mais seu alcance. Em 2013, o selo "Palmas 15 anos" foi introduzido para promover o consumo local e combater falsificações. A Figura 3 ilustra este selo institucional impresso na cédula.



Figura 3 – selo Palmas 15 anos (2013)
(Instituto Banco Palmas, 2024)

Em 2015, a MoneyClip, uma empresa de tecnologia em soluções de pagamento digital, estabeleceu uma parceria com a RBBC. Juntas, desenvolveram a plataforma e-Dinheiro que possibilita a gestão e a circulação de moedas sociais emitidas pelos bancos comunitários. Após quase dois anos de operação a MoneyClip, insatisfeita com o retorno financeiro desse projeto, resolveu pôr à venda o software da plataforma, então a RBBC adquiriu o direito de propriedade do software e-Dinheiro. Ao final de 2020, o sistema já contava com 65 bancos comunitários utilizando a plataforma, mais de 135 mil usuários, mais de 13 mil empresas cadastradas e mais de R\$1,1 bilhão movimentados naquele ano (Sanches, Faria, Neto, Ferreira, 2022).

Em 2019, o Instituto Banco Palmas adquiriu a tecnologia com recursos do BNDES, passando a MoneyClip a oferecer suporte técnico e atuar comercialmente junto à Rede de Bancos Comunitários. A perspectiva futura visa integrar pagamentos governamentais, tornando-se o Banco Digital das Finanças Solidárias.

Neste novo sistema digital não há custos para os usuários, inclusive para pagamentos entre pessoas (P2P). Já os estabelecimentos comerciais participantes pagam uma taxa de 2% por transação acrescida de 1% sobre os saques em espécie ou transferências entre contas bancárias, destinada à manutenção do sistema e das operações das instituições (Cernev, Diniz, 2020). Em 2024, o sistema já conta com 150

bancos comunitários associados, 220 mil usuários, 22 mil empresas cadastradas e movimentações superiores a R\$14 bilhões, conforme Instituto Banco Palmas (2024).

3.2 Criptomoedas Sociais e o Desafio de Governança do Blockchain

A digitalização das moedas sociais através de tecnologias como o blockchain representa um novo paradigma para a economia solidária. Com a adoção dessa estrutura digital, o Banco Palmas alcançaria maior transparência, segurança e escalabilidade do sistema, ampliando seu alcance e impacto social. Inspiradas pelas criptomoedas sociais internacionais, como a Auroracoin (Islândia) e MonedaPar (Argentina), novas possibilidades surgiram.

Em 2021, o FGVCemif propôs um projeto piloto com a CriptoDev para integrar blockchain ao sistema e-Dinheiro, oferecendo recursos como carteiras digitais, contratos inteligentes e mecanismos de governança descentralizada. Este modelo gerou intensas discussões sobre a governança tecnológica.

Uma plataforma proprietária pode agilizar a integração, comprometendo a autonomia e gerando dependência tecnológica. Em contrapartida, o software livre oferece flexibilidade e controle, mas exige maiores investimentos e complexidade na implementação. A decisão entre esses modelos impactaria a gestão das moedas e a autonomia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs).

Atualmente, a RBBC discute um dilema ético e social na busca do equilíbrio entre inovação e autonomia para assegurar que a digitalização das moedas sociais fortaleça as operações solidárias e construa um futuro mais justo. "Hoje, a RBBC se encontra em um novo contexto. Depois de ter avançado em direção à sua independência tecnológica, novas possibilidades estão surgindo, como o uso da tecnologia blockchain. Espera-se que o blockchain possa trazer maior transparência, escala e descentralização tecnológica para as moedas sociais" (Sanches, Faria, Neto e Ferreira, 2022, p. 5-6). A Figura 4 registra imagem atual da sede do Banco Palmas.



Figura 4. Sede Banco Palmas
(Instituto Palmas, 2024)

4. Considerações Finais

Este estudo investigou o impacto social do Banco Palmas para a comunidade do Conjunto Palmeiras, focando na transformação da economia solidária e nas novas possibilidades oferecidas com a digitalização das moedas sociais. A pesquisa utilizou uma metodologia mista, combinando análise qualitativa da evolução do Banco Palmas e quantificação de dados financeiros, como volume de transações e número de beneficiários, para avaliar o impacto social das iniciativas, demonstrando resultados positivos na curva de consumo dentro do bairro que saltou de 20% para 93% entre 1997 e 2009, segundo Cernev (2020) e a percepção de melhoria na qualidade de vida por 90% dos moradores, segundo a “Avaliação de Impactos e de Imagem do Banco Palmas –10 Anos “(2008) . Com este resultado conclui-se que o Banco Palmas cumpriu seu objetivo de democratizar o acesso a serviços financeiros e bancários bem como promover o desenvolvimento sustentável para a periferia de Fortaleza - CE, apresentando-se também como um motor de inovação, não só com a introdução do Palmacard, mas também ao buscar soluções tecnológicas como o blockchain que promete maior transparência e escalabilidade.

Contudo, os desafios são consideráveis. A governança descentralizada do blockchain e a dependência de plataformas privadas são questões que exigem atenção, assim como a necessidade de se equilibrar inovação e controle local. As limitações desta pesquisa incluem a falta de uma análise mais aprofundada sobre os efeitos a longo prazo da digitalização das moedas sociais e a escassez de dados sobre como as comunidades estão reagindo a essa transformação. Além disso, há uma discussão ética importante sobre como manter a autonomia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) diante das novas tecnologias.

A partir das conclusões obtidas, algumas sugestões para futuras pesquisas incluem: a análise dos desafios enfrentados pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) e outros bancos comunitários na implementação de plataformas privadas de blockchain, considerando as implicações tecnológicas e sociais; o estudo de modelos de governança que permitam a integração do blockchain sem comprometer a autonomia das comunidades; e a investigação de como a digitalização pode ser escalada de forma a garantir a sustentabilidade e a inclusão financeira de outras regiões marginalizadas. Estes temas são fundamentais para garantir que a inovação tecnológica no setor de economia solidária se mantenha fiel aos princípios de justiça e equidade.

5. Referências

- ARAÚJO, A. C. M.; OLIVEIRA, V. M.; CORREIA, S. É. N. (2021) Consumo sustentável e inovação social: o caso da moeda social do Banco Palmas. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 20(1), 140–170. Disponível em: <<https://doi.org/10.21529/recadm.2021005>>. Acesso em: 09 nov. 2024
- CERNEV, A. K.; DINIZ, E. H. (2020) Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(5), 1-15. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190390> >. Acesso em: 09 nov. 2024
- FRANÇA FILHO, G.C; RIGO, A.S; LEAL, L.P.C. (2011) Moedas sociais e território na experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Recife: Anais XXI

SEMEAD. Disponível em: <
https://login.semead.com.br/21semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=1920>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S. (2012) Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. *Revista de Administração*, [s.l.], v. 47, n. 3, p.500-515. Business Department, School of Economics, Business & Accounting USP. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/rausp/a/5Rn56SGgjHZZPCbSH55X55F/abstract/?lang=en>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2023) Título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2023. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

INSTITUTO BANCO PALMAS. (2024) Acervo de moedas físicas. Disponível em: <
<https://bancopalmas.com/moedas/>>. Acesso em: 07 nov. 2024.

LIEGS (2008) LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS EM GESTÃO SOCIAL. Avaliação de impactos e de imagem: Banco Palmas – 10 Anos. Juazeiro do Norte, Ceará. Disponível em: <
[avaliao_de_impactos_e_imagem.pdf](#) - Google Drive>. Acesso em: 09 nov. 2024.

MURRAY, R. *et.al.* (2010) The Open Book of Social Innovation. London, NESTA/The Young Foundation. Disponível em: <
www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation>. Acesso em: 11 nov. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2010) Relatório do Desenvolvimento Humano, 2010. Disponível em: <Home | United Nations Development Programme>. Acesso em: 11 nov. 2024.

RIGO, A.S.; CANÇADO, A. C.; SILVA JÚNIOR, J. T. (2019) Desafios e potencialidades das moedas complementares: explorando sua utilização e significado para o desenvolvimento. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 15(38).
<https://doi.org/10.3895/rts.v15n38.8688>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SANCHES, B.; FARIA, L.; GONÇALVES NETO, P.; FERREIRA, M. (2022) De moeda social a criptomoeda: os dilemas da emancipação tecnológica do e-dinheiro. *Revista de Administração*, 47(3), 500-515. Disponível em: <
<https://periodicos.fgv.br/gvcasos/article/download/85524/82962/193209>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SDE. (2010) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. (2014). Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza. Calameo. Disponível em: <
<http://salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo/documentById?id=22ef6ea5-8cd2-4f96-ad3c-8e0fd2c39c98>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SINGER, P. (2002) Introdução à economia solidária. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

YUNUS, M. (2010) Criando um negócio social: Como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier.